

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR - UNIREDENTOR
CURSO: SERVIÇO SOCIAL

SARA PIFANO DOS SANTOS

**O PIOR CEGO É O QUE NÃO QUER VER: A LEITURA DO SERVIÇO
SOCIAL ACERCA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Paraíba do Sul
2021

SARA PIFANO DOS SANTOS

**O PIOR CEGO É O QUE NÃO QUER VER: A PRESENÇA DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO SERVIÇO SOCIAL**

Monografia apresentada à
UniRedentor como parte dos
requisitos para a obtenção do
título de bacharel em Serviço
Social

Orientador(a): Ricardo William Guimarães Machado

Paraíba do Sul

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acadêmico/a: Sara Pifano dos Santos

Título: O PIOR CEGO É O QUE NÃO QUER VER: A LEITURA DO SERVIÇO SOCIAL ACERCA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Objetivo: Título de Bacharel em Serviço Social

Instituição: UniRedentor

Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: 07/06/2021

Banca Examinadora:

Prof, Me. Ricardo William Guimarães Machado
Orientador/a
UniRedentor

Prof^a. Me, Jaqueline de Melo Barros
Membro avaliador interno
UniRedentor

Prof. Dr. Cacildo Teixeira de Carvalho Neto
Membro avaliador externo
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

DEDICATÓRIA

A todos os profissionais do Serviço Social que trabalham direta ou indiretamente com a População que Vive em Situação de Rua no Brasil. Que o debate acerca das especificidades desta população possa contribuir para a intervenção do Serviço Social na realidade destes sujeitos, em especial no que tange a viabilização dos seus direitos sociais, políticos, economicos e culturais, que infelizmente são fragmentados.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela oportunidade de alcançar todos os meus sonhos e pela perseverança e dedicação que Ele mantém em mim.

Aos meus pais, Fátima Regina e Antônio Cláudio, por todo apoio e incentivo desde a minha matrícula na faculdade, até o presente momento. Por não terem me desamparado nos momentos de fraquezas e barreiras da vida acadêmica. Vocês foram essenciais para tornar esse processo mais leve e precioso.

Ao meu orientador Ricardo Machado, por todo o empenho em fazer acontecer, pelos incentivos, orientações, ideias e principalmente pela empatia para comigo nos momentos de dificuldades. Além de tudo, sempre foi um grande Mestre diligente em nos mostrar todo seu conhecimento. Admiro sua concepção acerca da população em situação de rua e seu incrível dom de ensinar.

A minha supervisora de estágio curricular obrigatório, Isadora Aparecida Ferreira da Silva, assistente social, brilhante e inspiradora em sua atuação. Participou desde a decisão do meu tema de discussão, até o dia de finalização deste TCC. Sua contribuição para a minha formação durante dois anos, sempre foi coerente e preocupada em dar o seu melhor, sua atuação enquanto assistente social sempre se manteve como motivo de inspiração. Obrigada, Isa!

E por último, mas não menos importante, ao meu amor, João. Obrigada por ter sido tão incentivador e por não me deixar desistir do meu sonho, nesses quatro anos de graduação.

*“Deus não está acima de todos; Ele está
no meio de nós!”*

Padre Júlio Lancelotti.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso visa apresentar como vem sendo caracterizada a população que vive em situação de rua, as formas de discriminação que enfrentam cotidianamente e as políticas voltadas para o atendimento desta população, através da análise de materiais bibliográficos acerca do tema. Sobretudo, o objetivo do referido trabalho consiste em verificar como vem se desdobrando a discussão acerca da população em situação de rua no campo do Serviço Social brasileiro, visto a relação entre questão social e Serviço Social, levando em consideração que esta população convive diariamente com diversas expressões da questão social. O fenômeno da população em situação de rua necessita de maior visibilidade e de efetivas políticas voltadas para suas demandas que emergem cada dia mais, por isso, este trabalho visa contribuir para a discussão do tema e, sobretudo, incentivar que esse assunto seja cada vez mais abordado no âmbito do Serviço Social, tendo em vista sua capacidade de intervenção para com este segmento social. Diante disso, o trabalho utilizou de metodologias de estudo bibliográficos, apropriando-se da revisão narrativa, onde através dela puderam ser encontradas e analisadas produções teóricas que abordam variados assuntos sobre essa população heterogênea presente em nossa sociedade.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Serviço Social. Questão Social. Arquitetura Hostil. Exclusão Social.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to present how the population living on the streets has been characterized, the forms of discrimination they face on a daily basis and the policies aimed at serving this population, through the analysis of bibliographic materials on the subject. Above all, the objective of this work is to verify how the discussion about the homeless population in the field of Brazilian Social Work has been unfolding, considering the relationship between social issues and Social Work, taking into account that this population lives daily with several expressions of the social issue. The phenomenon of the homeless population needs greater visibility and effective policies aimed at their demands that emerge more and more, therefore, this work aims to contribute to the discussion of the theme and, above all, to encourage this subject to be more and more approached within the scope of Social Work, in view of its ability to intervene in this social segment. Given this, the work used bibliographic study methodologies, appropriating the narrative review, where theoretical productions that address various subjects about this heterogeneous population present in our society could be found and analyzed.

Keywords: Population on the Street. Social service. Social issues. Hostile Architecture. Social exclusion.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Metodologia	10
1.2	Objetivos	11
1.3	Justificativa	11
1.4	Problemática	12
1.5	Estrutura do Trabalho	12
2	A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	13
2.1	A arquitetura hostil e a população em situação de rua	15
2.2	A caracterização da população em situação de rua	18
2.3	A População em Situação de Rua sob o olhar do Serviço Social através de sua produção teórica	23
3	A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DISCUSSÃO ACERCA DO FENÔMENO	26
3.1	Metodologia executada	28
3.2	Resultados	29
3.3	Discussão	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso visa mapear materiais bibliográficos acerca da população que vive em situação de rua, realizando um levantamento das discussões ocorridas nos últimos dez anos, no campo do Serviço Social e em âmbito nacional. Além disso, a pesquisa busca estudar as políticas, programas e projetos voltados para esta categoria, assim como sua caracterização e dificuldades vivenciadas advindas da invisibilidade e marginalização que consterna essa população, dada a partir da culpabilização destes indivíduos. Assim sendo, utilizaremos de discussões gerais sobre a população em situação de rua no Brasil, indo para além do recorte no campo do Serviço Social.

Para que seja iniciada a discussão, é imprescindível discorrer acerca das modificações sociais e econômicas que o país desenvolveu a partir do modo de produção capitalista. Diante desse cenário multifacetado capitalista, nos deparamos com o antagonismo de classes, o qual se insere um intenso contexto de desigualdades e destituição de direitos sociais, dados de acordo com Yamamoto (2006, p. 16) por “[...] uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Nessa perspectiva, temos inseridas as expressões da questão social, que são dadas como frutos dessa adversidade. E inerente ao fruto dessa contradição, o fenômeno da população em situação de rua incide, estando cada dia mais frente a frente com as expressões da questão social, mesmo não se tratando de um fenômeno contemporâneo, assim como a gênese da questão social.

A invisibilidade que assola a população que vive em situação de rua, anda juntamente a culpabilização e criminalização desta população. Figuras influentes no país são responsáveis por reforçar o estigma que esse segmento enfrenta, como vimos recentemente em julho de 2020, a atual primeira dama do Estado de São Paulo, Bia Dória, dar uma entrevista polêmica com falas que culpabilizam a população por estarem naquela situação, ausentando a responsabilidade do Estado frente à essa expressão da questão social (DEREVECKY, 2020).

Apesar disso, temos personalidades importantes que desenvolvem projetos para a população em situação de rua na cidade de SP, o padre Júlio Lancellotti de 71 anos de idade, que possui um importante papel de convivência e trabalho voltado para essa população, é conhecido como “o anjo das ruas” e “voz das ruas”, com sua

solidariedade ele faz com que a invisibilidade que devasta essa parcela da população, seja amenizada e os moradores tenham oportunidades diferentes. Além disso, o padre Lancellotti é um grande reivindicador de ações do poder público, e realiza durante todo o ano mobilizações para arrecadar ações voluntárias e doações. Frente a isso, podemos observar o quanto o país se divide, enquanto uma forte figura do poder público de uma grande cidade marginaliza-os, uma figura religiosa com pouca visibilidade se mobiliza durante anos para mostrar a partir de suas ações, que a população que se encontra em situação de rua não escolheu estar ali, e que todos podem fazer sua parte para amenizar o sofrimento que os acometem (TRIGUEIRO, 2020).

Por isso, discutimos a população em situação de rua na contemporaneidade como uma forma de demonstrar o quanto o avanço da sociedade capitalista não acompanha a necessidade de oportunidades socioeconômicas que essa categoria social demanda. Estando assim, fortemente ligada as expressões da questão social, necessitando cada vez mais de intervenções e políticas públicas efetivas, o que não encontramos no nosso território nacional. Assim sendo, identificamos que com o decorrer dos anos, a tendência do aumento do preconceito e de atitudes preconceituosas que não condizem com a realidade dessa população, estão cada vez mais aguçadas e a população tornando-se alvo de inúmeras destituições de direitos.

1.1 METODOLOGIA

A metodologia pode ser definida como um grupo de técnicas e abordagens que objetiva o conhecimento de maneira sistemática, sendo a pesquisa qualitativa uma forma de abordagem de caráter descritivo, onde as informações que são apreendidas não podem ser quantificadas (RODRIGUES, 2007). Dessa forma, podemos compreender que a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009, p. 14).

Para a construção desta pesquisa, será utilizado o método qualitativo de pesquisa, no qual serão utilizados como métodos levantamentos bibliográficos acerca da história, dos dados, das notícias e políticas voltadas ao atendimento à população em situação de rua. Mais precisamente, haverá um levantamento de

dados acerca dessa população, através de uma observação do arsenal de materiais acadêmicos do Serviço Social sobre a população em situação de rua e seus desdobramentos.

Diante disso, para construir esse trabalho, utilizaremos desta pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo tendo como base a revisão narrativa da literatura, apropriando-se de autores que discutem a população em situação de rua dentro do Serviço Social brasileiro. Sabe-se da intrínseca relação entre Serviço Social e questão social, onde a questão social é colocada como objeto de intervenção do Serviço Social, portanto, é identificada a necessidade de debater o fenômeno da população em situação de rua, tendo em vista o enorme contingente de expressões da questão social que este segmento social vivencia cotidianamente.

Logo, usar estes métodos será imprescindível para analisar, compreender, mapear e estudar sobre as políticas voltadas para a população que vive em situação de rua e os estudos no âmbito do Serviço Social frente a esse assunto, além de fazer levantamentos a respeito do papel do Serviço Social perante essas políticas públicas, pois essa categoria profissional possui sua importância contributiva e como afirmam Mioto e Nogueira:

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Portanto, o enfrentamento dos desafios nesta área torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão (2013, p. 65).

Tendo em vista a população em situação de rua, o presente trabalho possui como categorias teóricas centrais os assuntos mais pertinentes acerca dessa categoria, tendo como foco apresentar a caracterização dessa população, as inúmeras exclusões e desigualdades que incidem diariamente na vida dessas pessoas, os dados sobre a população e as discussões mais relevantes relacionadas ao assunto. Traremos o debate sobre a arquitetura hostil, que é uma maneira de exclusão desenvolvida nos grandes centros urbanos, caracterizaremos a população em situação de rua de acordo com os dados existentes e apontaremos como vem sendo debatido esse fenômeno nas produções teóricas do Serviço Social.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar o andamento da discussão acerca da população em situação de rua no campo do Serviço Social brasileiro.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar qual o papel do Serviço Social nas políticas sociais voltadas à população em situação de rua;
- Mapear os materiais científicos acerca da discussão sobre a população em situação de rua;
- Compreender como vem sendo caracterizada a população em situação de rua no Brasil.

1.3 JUSTIFICATIVA

O fenômeno da população em situação de rua tem se tornado cada vez mais evidente na contemporaneidade, apesar de não se tratar de um fenômeno de advento contemporâneo. No atual cenário, a falta de dados oficiais e de políticas públicas competentes voltadas para esse fenômeno, se apresentam de maneira insuficiente.

Logo, este trabalho pretende contribuir para o debate acerca da população em situação de rua, no qual muitas vezes se torna invisível perante a sociedade, pois considera-se que há pouca repercussão dentro do Serviço Social, levando em consideração a necessidade de estudos e análises da realidade destes sujeitos, que convivem diariamente com as expressões da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social.

Sendo assim, através deste, busca-se evidenciar de maneira mais aprofundada a população que vive em situação de rua, de acordo com os materiais encontrados que pleiteiam a discussão deste fenômeno, para dessa forma, contribuir para a produção teórica no que concerne a população aqui tratada. Além de tudo, é imprescindível contribuir para o decrescimento do preconceito e dos estigmas que envolvem a população em situação de rua, nos quais em sua grande maioria são

termos equivocados e pejorativos, além de serem errôneos ao tratar ou referir-se a população.

1.4 PROBLEMÁTICA

Este trabalho está fundamentado no fenômeno da população em situação de rua, sendo o estudo dessa população, a questão que norteia o presente trabalho. Por meio do estudo bibliográfico sobre a população que vive em situação de rua é que será verificada a presença da discussão sobre o tema no âmbito do Serviço Social brasileiro, além da verificação de como vem sendo tratada essa categoria social pelas entidades representativas do Serviço Social e por profissionais e estudantes da área, realizando assim um mapeamento do papel do Serviço Social perante o fenômeno.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado inicialmente pelo primeiro capítulo, que é composto pela introdução, pela metodologia, logo após apresentamos os objetivos gerais e os específicos, que são seguidos da justificativa e da problemática, essa última, apresenta a questão norteadora do trabalho. O segundo capítulo aborda a população em situação de rua, assim como a sua caracterização, e debate a presença da arquitetura hostil nas cidades, além de realizar um recorte para a análise da discussão do tema pelas entidades representativas do Serviço Social. No terceiro e último capítulo, é realizado um debate sobre cinco artigos de profissionais e estudantes de Serviço Social que abordam a população em situação de rua em suas produções teóricas, apresentando, dessa forma, como vem sendo realizado o debate sobre a população em situação de rua no espaço teórico do Serviço Social.

2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Nos últimos tempos, com o advento do capitalismo, as décadas foram marcadas por intensas mudanças, em especial o mundo do trabalho. Em lugares onde o capitalismo se encontra em sua fase avançada, a reestruturação produtiva se coloca como estratégia de apoio a esse novo padrão que se forma, ou seja, a reestruturação produtiva se coloca como linha de frente no combate às crises do capitalismo (SILVA, 2006).

Dessa maneira, o Brasil aderiu essas perspectivas, que têm “[...] como diretriz a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, na esfera da produção e das relações sociais.” (SILVA, 2006, p. 15), visando um ajuste estrutural. No entanto, mudanças no mundo do trabalho foram realizadas, onde o crescimento do desemprego foi intensificado e as relações sociais se tornaram desestabilizadas e fragilizadas, tendo como consequência uma significativa superpopulação, que acarretou no aumento da vulnerabilidade e na pobreza da classe trabalhadora (SILVA, 2006).

É nesse momento em que o fenômeno da população em situação de rua começa a emergir nas cidades. Através da contradição existente entre o modo capitalista de produção e a classe trabalhadora, na qual diversas expressões da questão social emergem como frutos do referido conflito, podendo ser apreendida, conforme afirma Iamamoto (2015, p. 27) como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”. Além disso, como afirmam Costa, Mesquita e Campos (2015, p. 286) “a questão social que se expressa ou se manifesta em situações de exclusão, desigualdade social, descumprimento de direitos sociais e, principalmente, desrespeito aos Direitos Humanos.”

Dessa forma, podemos compreender que o fenômeno da população em situação de rua é apreendido como uma expressão da questão social e sobretudo são acometidas por elas, nessa perspectiva, a população em situação de rua pode ser considerada, como afirma Machado:

[...] um grupo heterogêneo e complexo que, exposta às diferentes expressões da questão social, vivenciam processos de vulnerabilidade e risco social. As principais implicações enfrentadas por estas pessoas vão da dependência química, alcoolismo e transtornos mentais à problemas familiares, de violência urbana e institucional (2017, p. 157).

No Brasil, em praticamente todos os municípios podemos encontrar pessoas que vivem em situação de rua. Os dados oficiais acerca dos números dessa população que vive nas ruas, são escassos, o que nos faz aceitar e observar as estimativas, que de acordo com o Ministério da Cidadania, através do monitoramento SAGI Censo Pop de Rua (2019), há um contingente de cerca de 32 mil pessoas em situação de rua equivalendo a 0,6% da população pesquisada, sendo que quatro capitais brasileiras não participaram da pesquisa, o que levou a estimativa de 45 mil moradores de rua.

Logo, a ausência de dados oficiais acomete dificuldades para a implementação de políticas públicas voltadas a essa população, além de engendrar cada vez mais o crescimento da invisibilidade da população em situação de rua (NATALINO, 2016).

Temos como exemplos de maneiras de culpabilização e criminalização da população que vive em situação de rua, a implementação da arquitetura hostil nos desenhos das estruturas públicas, presentes nos grandes centros urbanos. Essa espécie de arquitetura é dada como um mecanismo de exclusão, que acomete de forma intensa àqueles que sofrem com a “inexistência de moradia convencional regular” (BRASIL, 2019). Instrumentos como estes, contribuem de maneira depreciativa para o crescimento dos estigmas acerca dessa população, que já é excluída socialmente de muitas formas.

2.1 A arquitetura hostil e a população em situação de rua

Debater a presença da arquitetura hostil na estrutura física das cidades, se faz de extrema relevância, em especial quando seres humanos são afetados por este mecanismo de exclusão. No presente tópico, debateremos o quão presente nas ruas do Brasil, essa espécie de arquitetura, se faz.

Dessa maneira, “quando a arquitetura se reveste de formas limitadoras – visuais, físicas e sociais – essa arquitetura é hostil.” (DIAS; DE JESUS, 2019, p. 26). Podemos, dessa maneira, observar segundo os dados que essas formas de arquiteturas possuem seu desenho desenvolvido para a expulsão e o afastamento de pessoas que vivem em situação de rua da zona urbana, além disso, a população alega que essa espécie de arquitetura pode ser responsável por diminuir a criminalidade (SOUZA; PEREIRA, 2018).

Para Araújo (2019), a população em situação de rua encontra dificuldades em seu cotidiano para realizar atividades básicas do dia a dia, como uma refeição, por exemplo. Por essa circunstância, a autora cita que a presença de mecanismos inspirados em uma arquitetura hostil dificulta ainda mais processos cotidianos dessa população e menciona que essas estratégias são “para que essa parcela da população seja de fato excluída, especialmente do campo de visão da comunidade” (ARAÚJO, 2019, p. 15) e pode ser “definida pela construção de elementos e formas que impedem um morador de rua abrigar-se no local, ou mesmo incentivando-o a distanciar-se” (ARAÚJO, 2019, p. 15).

Ferraz *et al* (2015) traz diversas discussões a respeito da prevalência da arquitetura hostil nas cidades brasileiras, ou como o autor denomina: “arquitetura antimendigo”. Nessa perspectiva, pode-se apreender que a aqui chamada arquitetura hostil: “trata-se de uma arquitetura extremamente hostil e desumanizada, constituída de elementos/artefatos implantados ou construídos para o fechamento de vãos/espços das cidades e dos edifícios” (FERRAZ *et al*, 2015, p. 113). Os autores descrevem e fazem críticas a esse modelo de arquitetura presente nas cidades, além de sinalizar que essas estruturas hostis podem estar presentes em todo o mundo.

Diante do exposto, justifica-se a arquitetura hostil como um processo de diminuição da violência, visto que, os veículos midiáticos atribuem a mesma à pobreza e a miséria, alimentando o processo de desenvolvimento das arquiteturas hostis, como forma de proteger os patrimônios da população que vive nas ruas (FERRAZ *et al*, 2015).

Com isso, Dias (2019) traz o debate acerca dessa arquitetura hostil, sinalizando que o medo da violência alimenta a segregação nas cidades, assim como são tomadas soluções individualizadas para problemas que deveriam ser tratados como coletivo. Assim, a autora aponta que:

Muros altos, cercas elétricas, falta de permeabilidade física e visual, diminuições de conexões com espaço público etc. Essas são algumas das medidas as quais o indivíduo (ou empresa) recorre com propósito de mitigar uma ameaça externa e caracterizam uma arquitetura subordinada ao medo, à violência e a insegurança. [...] edificam um espaço descontínuo e limitam a experiência do viver o espaço (DIAS, 2019, p. 24).

Nesse mesmo ponto de vista, Frangella (2005), destaca a arquitetura hostil como:

Tecnologias de expulsão fizeram parte da operação, criando, no início da década, a “arquitetura antimendigo”. Essas tecnologias foram iniciativas da sociedade civil, parte da opinião pública e administradores regionais, incentivadas pela ausência de uma política dirigida a essa população, e consistiam em: grades em torno de igrejas e de árvores para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros na frente de alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises (p. 201).

Dessa forma, partindo da premissa dos autores reportados, nota-se que a presença da arquitetura hostil está atrelada a afirmativa da diminuição da violência urbana a partir de sua implementação. Temos, diante disto, a população que vive em situação de rua prejudicada e cada vez mais estigmatizada, tendo em vista as medidas adotadas pela população, medidas que visionam o afastamento dessas pessoas de suas portas e calçadas, assim como as obras públicas que possuem seu desenho idealizado para afastar cada vez mais a população que vive em situação de rua, como por exemplo: bancos de praças com vãos que impedem que a pessoa se deite de maneira que não a incomode; esferas metálicas com formato de “espinhos” nas muretas e canteiros, dentre outros.

No entanto, existem figuras importantes na luta pelos direitos da população em situação de rua, como o Padre Júlio Lancelotti, que possui um importante trabalho social voltado para essa população. No que tange as obras públicas com caráter hostilizante, a cidade de São Paulo recentemente instalou pedras pontiagudas debaixo de um de seus viadutos, evitando dessa maneira que a população se abrigasse no local. Indignado com a situação, Júlio Lancelotti retirou algumas das pedras a marretadas, e diante das manifestações publicadas pelo Padre Júlio em suas redes sociais, Bingemer (2021) afirma que Lancelotti:

Com palavras indignadas, denunciava o gesto cruel que retirava dos sem teto o único lugar onde poderiam descansar seus corpos mal alimentados e maltratados: o chão debaixo do viaduto, ao abrigo dos carros que transitam na via pública (BINGEMER, 2021, s/p).

Com o repudiamiento da conduta tomada pela prefeitura ao instaurar tal medida, conforme afirma a redação do Catraca Livre “[...] a Prefeitura informou ter exonerado o funcionário responsável pela obra e prometeu retirar as pedras.” (CATRACA LIVRE, 2021, s/p). Dessa maneira, podemos ver o resultado das lutas de Lancelotti para com a população que vive em situação de rua, pois além do importante papel de convivência e trabalho que o padre possui, ele se torna um grande reivindicador de ações do poder público, fazendo com que a invisibilidade, a criminalização e marginalização dessa população seja de alguma forma amenizada, trazendo oportunidades diferentes para essa parcela da população que se encontra esquecida e hostilizada pelo poder público e suas ações

Em vista disso, é visível que a sociedade, bem como o poder público, carece de conhecimentos reais acerca dessa população e da realidade vivenciada por ela, o que gera as referidas ações nas quais tratamos anteriormente. Dessa forma, faz-se relevante um levantamento acerca da caracterização dessa população, ou seja, de que maneira podemos descrever a população que vive em situação de rua e qual o perfil predominantemente é encontrado dentro deste fenômeno. Portanto, essas questões serão abordadas a seguir.

2.2 A caracterização da população em situação de rua

Fazendo alusão a população em situação de rua, é inevitável notar que sua caracterização na sociedade, pode ser dada de diferentes formas. Costa (2005), reforça a afirmativa de que não existem pesquisas e levantamentos que abordem as características dessa população em escala nacional, sendo a população em situação de rua um segmento atingido pela invisibilidade ou seja, vem se tornando cada vez mais invisível para os órgãos oficiais de contagem populacional do país. Nessa perspectiva, é importante fazermos um apontamento do contexto em que a invisibilidade se insere nesse fenômeno, podemos destacar que:

O crescente aumento da população em situação de rua nas cidades brasileiras evidencia um cenário de extrema disparidade e injustiça social que revelam os resultados de uma política econômica e social que fragmenta e fragiliza as pessoas e suas relações sociais (NUNES; BONATTO; RODRIGUEZ, 2020, p. 5).

Portanto, é válido ressaltar que não há, no presente debate, o levantamento da invisibilidade como característica da população em situação de rua e sim como a desigualdade e a injustiça social os tornam invisíveis perante a sociedade. Em conformidade, acrescentam as autoras:

As ruas, diariamente, são cenários férteis dessas expressões, onde a invisibilidade assume o lugar dos (in)existentes. As condições de acesso às políticas sociais, sobretudo de assistência à saúde e à proteção social são insuficientes para o alcance desse segmento social, o que amplia, cada vez mais, uma realidade desumana e cruel (NUNES; BONATTO; RODRIGUEZ, 2020, p. 5).

Nessa linha de pensamento acerca da exclusão social, Teixeira *et al* (2019, p. 93) menciona que a população em situação de rua “trata-se de uma população marcada por processos de exclusão social e que convive com experiências de desrespeito e ausência de reconhecimento social no seu cotidiano”. Dessa forma, podemos concluir que o que torna a população em questão invisível, são os processos de exclusão enfrentados por ela, nos quais diariamente encontram obstáculos para a sua inserção na sociedade sem serem estigmatizados, como afirma Teixeira *et al* (2019, p. 93): “O estigma perpassa o acesso aos bens públicos, e alguns serviços de saúde se recusam a oferecer atendimento pela ausência de documentação ou domicílio cadastrado”.

Assim sendo, mencionar a inserção da população em situação de rua no contexto do modo de produção capitalista se faz necessário, para que haja a compreensão para além de sua caracterização oficial. Marx traz o debate acerca de uma população na qual ele denomina como “superpopulação relativa”¹, que segundo Viana, apropriando-se de Marx, “esta superpopulação relativa transforma-se em uma ‘alavanca da acumulação capitalista’, tornando-se condição de possibilidade de existência do modo de produção capitalista” (VIANA, 2006, p. 94). Dessa forma, Viana (2006) sinaliza a importância dessa população para a acumulação capitalista, reforçando a necessidade de sua existência para a manutenção desse processo de acumulação, no qual cita que “com o crescimento da acumulação capitalista, cresce o exército industrial de reserva ou, em outras palavras, como o aumento da riqueza há o aumento da pobreza” (VIANA, 2006, p. 96).

Nessa mesma ótica, Tiengo (2018, p. 140) destaca que:

¹ MARX, Karl. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, Os Economistas, livro I, tomo 2, 1996.

[...] a população em situação de rua é consequência da acumulação desigual de riquezas, na qual muitos acumulam miséria e alguns acumulam riqueza, sendo que os acumuladores de miséria são aqueles que geram a riqueza que lhes é expropriada.

Logo, tendo em vista o conceito de superpopulação relativa concebido por Marx e mencionado pelos referidos autores, pode-se afirmar que a presença dos sujeitos sem o primordial para sobreviver, que buscam abrigo nas ruas e vivem sob condições paupérrimas, é necessária e inerente ao capitalismo, compondo a superpopulação relativa e mantendo a força do modo de produção capitalista (TIENGO, 2018).

Partindo dessa premissa, Costa (2005) menciona que a população em situação de rua não se insere no processo de movimentação de mercadorias, ou seja, simplesmente sobram nesse processo e podemos a partir dessa perspectiva, identificar a sua invisibilidade perante a sociedade e o Estado, caracterizando-a nesse primeiro instante como:

Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia (COSTA, 2005, p. 3).

Tendo como complemento às características apresentadas pela autora, Machado (2017) descreve a população em situação de rua como:

[...] parcelas amplamente desfavorecidas da sociedade que fazem uso dos logradouros, praças públicas e viadutos, um público desprovido, total ou parcialmente, de renda, moradia e laços familiares [...] que enfrentam de forma mais assídua a desigualdade existente no Brasil e que atenuam a extrema pobreza (2017, p. 67).

Dessa maneira, pode-se compreender esta população como um grupo diverso, instituído na sociedade a partir das expressões da questão social, sendo:

[...] um contingente de pessoas que se concentram nos grandes centros urbanos, que se reduzem a situação de miséria por conta das complicações existentes no mundo do trabalho hoje, acirrado pela intensa competitividade da produção capitalista” (MACHADO, 2017, p. 67).

Dessa forma, Machado (2017) discute para além da invisibilidade como característica fortemente presente na população em situação de rua. Temos, a partir de reflexões do autor, denominações como: mendigos, migrantes, pedintes, que são usadas para referir-se à população que vive em situação de rua e representam um pensamento e comportamento conservadorista. Assim, o autor reflete que pensamentos como estes, ao serem expressos, imprimem na população que vive sem situação de rua a invisibilidade, criminalização e desumanização.

Nessa mesma ótica, Prates, Prates e Machado destacam acerca de uma das denominações acima citadas, referem-se os autores que “[...] mendigos são aqueles que praticam a mendicância, que esmolam em sinaleiras, nas ruas, na porta de prédios públicos. Muitos dos sujeitos que habitam as ruas não praticam a mendicância [...]” (2011, p. 194).

De outro modo, Silva (2006), menciona que existem seis aspectos que caracterizam a população em situação de rua, são eles: suas múltiplas determinações; uma expressão radical da questão social na contemporaneidade; sua localização nos grandes centros urbanos; o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno; as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta; e a tendência da naturalização do fenômeno.

Para a autora “a caracterização do fenômeno assume diferenças em relação às características gerais das pessoas que o vivenciam [...]” (SILVA, 2006, p. 95), ou seja, o fenômeno população em situação de rua pode ser diferente de acordo com a pessoa que se encontra em tal situação e suas características pessoais, não obstante, ambas características estão intrinsecamente ligadas e constituem o fenômeno aqui citado.

Nessa perspectiva, Silva (2006), traz características gerais da população que vivencia esse fenômeno, que em conformidade com Costa (2005), destaca como característica mais presente a heterogeneidade dessa população, onde refere-se a este segmento como “pessoas de origens, interesses, vinculações sociais e perfis

socioeconômicos diversificados, por isso não constituem um único grupo ou categoria profissional” (SILVA, 2006, p. 95).

Além disso, Silva (2006) traz características que afirma serem únicas desta população, na qual a identificação desta se torna possível por se tratar de um grupo populacional diferenciado, e aponta três questões que devem ser consideradas, bem como articuladas entre si, são elas: pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, temporária ou permanentemente.

Segundo Machado, podemos compreender a caracterização desta população como “precarizada e complexa” (2017, p. 72), onde as expressões da questão social são os reflexos de questões socioeconômicas. Dessa forma, o autor manifesta-se:

O fenômeno da situação de rua, expressão da questão social, deve ser compreendida como parte integrante de uma totalidade dinâmica societária burguesa, como um produto das contradições geradas pela relação entre trabalho e capital. Para evitar a naturalização desta problemática, sugere-se a intervenção estatal sob as múltiplas determinações deste fenômeno, através de políticas mais universalizadoras e equitativas (2017, p. 80).

Dessa maneira, conforme apresenta os autores acima citados, a caracterização da população que vive em situação de rua deve ser considerada abrangente, no entanto, devemos considera-la sobretudo uma população heterogênea, pois, apesar de se encontrarem em um mesmo fenômeno, vivenciam realidades diferenciadas que o destinaram para tal.

Contudo, de certa forma há um perfil predominante no tocante a este fenômeno. Segundo Camba (2015), tomando como base pesquisas nacionais e estaduais, encontram-se dados comuns sobre a população em situação de rua, pois são eles: predominantemente homens, abrangendo cerca de 80 a 85% da categoria pesquisada. Além disso, os autores trazem dados que confirmam que “[...] a maioria tem histórico de inserção no mundo do trabalho, cerca de 85% exerce alguma atividade para obtenção de renda.” (CAMBA, 2015, p. 13).

É preciso que haja um reforço acerca da heterogeneidade e multiplicidade da população que vive em situação de rua, além de reafirmar que:

As pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas não são maioria entre as pessoas em situação de rua, e reconhece-se seu uso muito mais como estratégia de sobrevivência à vida nas ruas. Muitos deles passaram a fazer uso de substâncias psicoativas como suporte para a dor e o sofrimento em que se encontram (CAMBA, 2015, p. 15).

A autora refere as possibilidades que podem ser cruciais para levar a pessoa ao fenômeno aqui supracitado. Assim sendo, cita que:

Muitas vezes, o que levou a pessoa a sair do convívio familiar foram desavenças afetivas, preconceitos relacionados à orientação sexual, à identidade de gênero (travestis, transexuais), à intolerância à situação de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas, o que dificulta manter laços de reciprocidade e sintonia (CAMBA, 2015, p. 16).

Agregando as informações trazidas por Camba (2015), Silva, Natalino e Pinheiro (2020) apropriando-se de dados obtidos através do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2007-2008), apontam que além da maioria desta população ser composta por homens, grande parte também são negros e jovens, possuem baixa escolaridade ou são analfabetos e, sofrem de problemas com álcool e outras drogas e com o desemprego. Muitos possuem vínculos familiares rompidos e mencionam desavenças familiares, além de apresentarem algum problema de saúde. Ademais, cerca de 70,9% exerce atividade remunerada e afirmaram ter alguma profissão cerca de 58,9% dos pesquisados.

Assim sendo, como exposto, a população em situação de rua pode ser considerada um grupo que convive diária e diretamente com as expressões da questão social, tornando-se diante disso parte do público alvo das políticas sociais. Logo, o Serviço Social se insere, sendo um campo profissional significativo no que tange a compreensão e a intervenção na vida dessas pessoas.

2.3 A População em Situação de Rua sob o olhar do Serviço Social através de sua produção teórica

Consideramos importante ressaltar que no âmbito do Serviço Social a pesquisa e a produção de conhecimento se fazem relevantes, pois é “[...] através do

contato com a realidade é que se percebem as variantes e as dinâmicas sociais” (ASSUNÇÃO *et al*, 2013, p. 2), dessa maneira a produção teórica:

Na prática profissional, a pesquisa possibilita que as(os) assistentes sociais saiam do senso comum, do que está aparente no cotidiano e tenham uma noção dos nexos sociais que envolvem a vida das(os) usuárias(os)a. No âmbito acadêmico, o conhecimento produzido e construído coletivamente contribui para a aproximação e compreensão das expressões da Questão Social, possibilitando o pensar em estratégias para a redução das desigualdades e para a transformação social (ARAÚJO *et al*, 2020, p. 82).

Dessa forma, o Serviço Social atua e intervém diária e diretamente nas expressões da questão social, cujo o fenômeno da população em situação de rua está inserido, estabelecendo dessa maneira uma relação entre o Serviço Social e a população que vive em situação de rua.

Ao consultarmos a produção teórica realizada pelas entidades representativas do Serviço Social, acerca da população em situação de rua, nos deparamos com materiais ricos em notícias, informações, entrevistas e manifestações que cobram pelos direitos da população que vive em situação de rua.

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, possui em seu site materiais diversos a respeito do tema, nos quais são feitos reflexões e debates acerca do tema aqui referido. Conforme citado no tópico anterior, o CFESS em um de seus artigos, denominados CFESS Manifesta, traz o debate acerca da inserção da população de rua no processo de acumulação do capital, onde citam que:

Quando a produção capitalista se tornou organizada e independente, a formação de uma superpopulação relativa passou a ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades da acumulação do capital. Assim, a produção e reprodução do fenômeno, população em situação de rua, vinculam-se a esse processo próprio da acumulação do capital, como uma expressão da pobreza imanente ao desenvolvimento e produção de riqueza pelo capitalismo (CFESS, 2012, s/p).

Dessa maneira, o CFESS debate a população em situação de rua como um fenômeno decorrente do modo de produção capitalista, que se apresenta de maneiras diversas na sociedade, “[...] o que nos permite dizer que o fenômeno população em situação de rua é multideterminado” (CFESS, 2012, s/p).

Já a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, não conta com produções e/ou manifestações teóricas acerca do tema ora

referenciado. No entanto, o site conta com produções teóricas de outros temas necessários a serem debatidos na sociedade atual.

Contribuindo para o debate no que concerne o fenômeno da população em situação de rua, o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro – CRESS-RJ, possui em seu site a oferta de atividades que debatem o tema de maneira contundente. Desenvolvem debates, publicam resoluções, realizam rodas de conversas, dessa forma, inserem o debate a respeito da população de rua em seu cotidiano profissional, aproximando cada vez mais o Serviço Social da realidade desse recorrente fenômeno.

Além disso, o CRESS-RJ possui uma cartilha que articula os princípios do Código de Ética do Serviço Social com a atuação dos assistentes sociais, trazendo críticas no que tange a postura e atuação profissional perante o Projeto Ético-Político do Serviço Social, além de fazer apontamentos sobre o modo de produção capitalista, onde afirma que o Brasil, pode ser considerado “um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social, que excluiu parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania [...]” (CRESS-RJ, 2013, p. 45). Portanto, nesse contexto, podemos identificar a população aqui debatida, que padece com a exclusão social existente.

Sendo, no site do CRESS-RJ também disponibilizado um termo de orientação para a atuação de assistentes sociais na abordagem às pessoas em situação de rua. No mesmo, podemos identificar desde o debate no que concerne a discriminação sofrida pela população em situação de rua, até a sua falta de acesso às políticas públicas, onde afirmam que “o não acesso às políticas sociais por essas pessoas materializa a extrema violação de direitos a que estão submetidas” (CRESS-RJ, 2019, p. 2). Nessa perspectiva, reafirmam o compromisso do serviço social na garantia e defesa do acesso aos direitos pela população, através do Código de Ética e da Lei de regulamentação da profissão, reiterando:

A população em situação de rua integra o público atendido por assistentes sociais em diversos espaços sócio-ocupacionais. Estas profissionais têm como competência realizar análises e intervenções qualificadas na realidade, cujas demandas se apresentam de forma fragmentada, emergenciais e imediatizadas (CRESS-RJ, 2019, p. 2).

Assim sendo, conforme descrito no Código de Ética do Serviço Social (1993), um dos princípios que compete ao assistente social é a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1993). Nesse aspecto, considera-se que todos somos sujeitos de direitos, independente de nossa condição de moradia. Portanto, é de extrema relevância citar o importante papel desempenhado pelo Serviço Social no “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993), de acordo com o princípio VI do Código de Ética que rege a profissão.

No contexto dos estudos e pesquisas no âmbito do Serviço Social, é relevante correlacionar a importância destes em concomitância com as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social da ABEPSS, diretrizes essas que apresentam avanços como:

O amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora (ABEPSS, 1996).

Portanto, é fundamental reafirmarmos que a produção e a compreensão teórica, assim como a científica se fazem indispensáveis na leitura da realidade da população que sofre com as expressões da questão social. Em especial, temos o aqui debatido fenômeno da população em situação de rua, que necessita de uma maior compreensão da sua realidade, assim como uma aproximação maior da produção teórica do Serviço Social acerca da população que vive em situação de rua e seus desafios, tendo em vista ser opugnada pela questão social e suas expressões. Tendo em vista as expressões da questão social, podemos relacioná-las no cotidiano de quem vive em situação de rua, como por exemplo: a violência, a fome, o desemprego, dentre outras. Para mais, “os moradores de rua apresentam uma história de sucessivas perdas: da casa, da família, do emprego, de referências e da própria identidade e auto-estima” (PEREIRA, 2009, p. 199).

Sendo assim, considera-se que “[...] as expressões da questão social são multifacetadas no fenômeno (TIENGO, 2018, p. 142). Por isso, não se deve afirmar que a população em situação de rua lida em seu cotidiano com uma específica expressão, visto suas diferentes manifestações nesse fenômeno, sendo válido frisar

que múltiplas razões levam o sujeito a tal fenômeno, desde as perdas dos laços familiares até aos transtornos psiquiátricos.

Com isso, identificamos que há um árduo processo de exclusão social que se encontra intrínseco ao modo de produção capitalista, no qual o indivíduo inserido ou não dentro do mundo do trabalho, enfrenta múltiplas questões, ou seja, nesta discussão, a população em situação de rua, que se encontra fora do trabalho, “[...] vive mal, não tem casa ou mora em condições subumanas, não tem acesso à educação, saúde, transporte, lazer, alimentação, saneamento básico de boa qualidade” (PEREIRA, 2009, p. 182). Dessa forma, a questão social é “[...] uma categoria que reflete a luta dos trabalhadores, da população excluída e subalternizada, na luta pelos seus direitos econômicos, sociais, políticos, culturais” (MACHADO, 1999, p. 43).

Diante do exposto, fica evidente a vinculação entre questão social e o fenômeno da população que vive em situação de rua, demonstrando a essencialidade do Serviço Social inserir essa categoria em seus projetos de intervenção na realidade, antes de tudo, em seus debates, para que haja uma maior mobilização de toda a categoria perante o assunto, que necessita de maior ingerência.

3 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DISCUSSÃO ACERCA DO FENÔMENO

3.1 Metodologia utilizada

A concretização da presente pesquisa, deu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, realizada através da revisão narrativa de literatura. Corresponde a uma revisão de característica abrangente, na qual busca discorrer acerca de um estipulado assunto, a partir de uma perspectiva teórica e através de análises de produções e materiais teóricos e científicos já existentes (HIRT, 2016). Diante disso, esta foi a metodologia utilizada para a produção da referida pesquisa, onde houve a sua priorização devido o curto prazo para sua formulação e, sobretudo, tendo em vista o atual cenário pandêmico causado pela Covid-19, que impedem, por medidas de segurança, que as pesquisas de campo possam ser desenvolvidas.

Portanto, a pesquisa bibliográfica realizada, possui como objeto de estudo a população que vive em situação de rua, especificadamente no Brasil. Tendo como objetivo apresentar sua caracterização, discutir a exclusão social que os assola, debater os estigmas implantados pela sociedade capitalista e, especialmente, apresentar de que maneira este fenômeno se insere no Serviço Social. O intuito principal da pesquisa é contribuir para a produção teórica do Serviço Social no que concerne a população em situação de rua, através do debate e apresentação da realidade enfrentada por essa categoria cotidianamente, contribuindo para a desmistificação de estigmas criados e além de tudo, com o debate acerca da invisibilidade desta população perante o poder público, dado a partir da sua vivência diária com as expressões da questão social.

Para atender a questão norteadora da pesquisa, foram realizadas buscas em base de dados acadêmicos, foram elas: Scielo, Capes Periódicos, Google Acadêmico e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Outrossim, foram utilizados como critérios, a periodicidade de dez anos, a utilização de descritores, que foram eles: População em Situação de Rua, Questão Social e Serviço Social. E por último, foi dada prioridade a artigos produzidos por estudantes de Serviço Social ou profissionais da área (assistentes sociais), sendo, portanto, estes os critérios utilizados para selecionar e mapear os materiais que seriam pertinentes à pesquisa.

Para além dos critérios citados, para a seleção dos artigos encontrados, foi realizada a leitura de seus resumos, para que houvesse a identificação se o assunto abordado é relevante e seria contributivo para o debate aqui elaborado. Por fim, dos artigos encontrados nas bases de dados utilizadas para a pesquisa, muitos não atendiam ao critério periódico ou de autoria, ou seja, foram redigidos há mais de dez anos ou não foram produzidos por pelo menos um dos autores que sejam estudantes ou profissionais do Serviço Social, como consequência, utilizaremos para a próxima etapa cinco artigos acadêmicos que atendem aos parâmetros da pesquisa, que se encontram elencados abaixo.

Quadro 1 – Síntese das obras selecionadas.

AUTOR	TÍTULO DA OBRA	ANO DE PUBLICAÇÃO	BASE DE DADOS ACADÊMICOS
Silva	Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?	2012	BDTD
Prates	A política de inclusão para a população em situação de rua no Brasil e o desafio da integralidade.	2013	Google Acadêmico
Pinto	Fenômeno da População em Situação de Rua à luz da questão social: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú/CE.	2015	BDTD
Argiles	População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos.	2012	BDTD
Serafino e Luz	Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate.	2015	SciELO

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Resultados

Nos artigos encontrados temos diferentes formas de trazer a população em situação de rua para debates. No primeiro a autora versa sobre a implementação de políticas públicas, em especial para a população em situação de rua, elencando autores que discutem as chamadas “comunidades epistêmicas”, comunidades essas conhecidas por serem formadas por diferentes profissionais, operando de maneira

que o Estado não possua total controle na da formulação das políticas públicas, havendo assim uma maior participação de profissionais da sociedade civil. A autora visiona com a sua dissertação, possibilidades para construir uma comunidade epistêmica que trate sobre o tema aqui debatido, com pessoas que já sejam vinculadas aos debates desta categoria (SILVA, 2012).

Silva (2012) discorre que a população em situação de rua está explicitamente presente nos grandes centros urbanos, se caracterizando pela inexistência de acesso aos seus direitos e principalmente aos mínimos elementos para a digna sobrevivência humana. A autora remete, além disso, aos conflitos internos e externos que podem ter levado o indivíduo para esta condição, afirmando que debater esse fenômeno exige uma análise dos fundamentos que levaram a pessoa para tal. Além disso, a autora menciona suas formas de caracterização, bem como as pesquisas realizadas por ela e realiza uma crítica ao quão deficiente são os dados que abrangem essa população.

Em sua dissertação, Silva (2012) realiza um mapeamento da presença da discussão da população adulta em situação de rua nos trabalhos acadêmicos. Para mais, desenvolve uma linha do tempo que trata de referências históricas sobre o assunto em âmbito internacional e nacional. A autora refere que nos anos 90 verifica-se a presença da população em situação de rua na Europa, sendo que nesta mesma década, os Estados Unidos revelavam através de um censo, cerca de 200 mil pessoas sem moradia. Através destes apontamentos, a pesquisadora busca explicar o quanto os estudos em caráter mundial acerca desta categoria são novos.

A autora do primeiro artigo também realiza uma linha do tempo nacional, que aponta para a cidade de São Paulo como precursora de ações em prol dessa categoria desde a década de 50, através da Igreja. Mas é a partir dos anos 90 que sua visibilidade passa a ser maior na cidade, onde há também um crescimento da violência contra essa população, o que exige uma necessidade maior de movimentos para resguardar a integridade destes. A mesma também aborda assuntos de outros autores, citando obras que ela considera de suma importância para essa discussão, além de apresentar a visão de outros autores sobre a categoria, além de fazer um levantamento das produções acadêmicas como dissertações e teses sobre o tema entre os anos de 1993 e 2010, obtendo como resultado a área de conhecimento do Serviço Social, como maior produtora de trabalhos que discutem esse tema (SILVA, 2012).

Os autores da segunda obra selecionada iniciam sua discussão fazendo um recorte histórico das heranças coercitivas que o Brasil possui, o que acarreta na fragilidade e redução do acesso da população nos espaços de discussão e cobrança de seus direitos. Realizam uma relação entre a contraposição das políticas universalistas instituídas com a Constituição Federal (1988) e as prerrogativas neoliberais, somados ao crescimento das expressões da questão social, no entanto, salientam que a gênese da questão social se mantém a mesma, nas quais suas expressões têm se apresentado de diferentes maneiras e muitas delas estão sendo ocultadas pelo sistema de produção (PRATES *et al*, 2013).

Nesse sentido, Prates *et al* (2013), discorrem acerca do conceito de integralidade, cujo sua ótica está baseada na totalidade desde a análise, até a intervenção. Este conceito, que visa reconhecer os sujeitos e a multiplicidade das áreas, vai contra o ideal fragmentador, o sistema capitalista. Referem que com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o Sistema Único da Assistência Social – SUAS o atendimento para com a população em situação de rua progrediu de forma significativa, embora estas, não mencionem de forma direta a população que vive em situação de rua como população usuária alvo, se voltam para àqueles que se encontram em situação de direitos violados e subalternidade, no qual a população em situação de rua convive diariamente.

Prates *et al* (2013), realizam um demonstrativo dos estudos realizados acerca do fenômeno em caráter nacional e internacional, e apresenta os resultados que discorrem acerca dos principais fatores que contribuem para o processo chamado pelos autores de “ruralização”, nos quais são eles: vínculos fragilizados a partir de abusos, violências e/ou explorações, uso de substâncias psicoativas. Ademais, compartilha dados da pesquisa nacional e descreve as maneiras pejorativas que os entrevistados declararam ser denominados pela sociedade: loucos, vagabundos, drogados. Revela a postura de postos de trabalho ao serem questionados sobre a inserção desta categoria, onde em sua maioria identificam como empecilho a ausência de endereço fixo para a ofertar a oportunidade, o que dificulta ainda mais a realidade destes sujeitos, pois os mesmos afirmam que a falta de emprego se relaciona a perda de identidade e que sua vida se torna mais pesada pela falta deste.

Já as propostas públicas, agem de maneira rasa, sem intenção de emancipação e fortalecimento do sujeito. Trazem o avanço da Política Nacional para

Inclusão de Populações em Situação de rua, citando que buscam através destas ações que contemplem a integralidade e além disso, ressignificam a caracterização da população em situação de rua, onde demonstram que esse segmento possui a rua como referência, ou seja, é algo superior ao simples fato de habitar naquele espaço, está relacionado a sua identidade (PRATES *et al*, 2013).

Em sentido conclusivo, os autores declaram que a Política Nacional para a Inclusão de Populações em Situação de rua representa um avanço para este segmento, tendo em vista suas características intersectoriais e que visam a integralidade, esta última, que é foco do debate elencado pelos autores deste artigo. Assim sendo, discorrem de maneira mais aprofundada acerca da Política, citando dados quantitativos e por fim, apresentam sua indignação com a desigualdade, expressando que almejam que a transformação ocorra a partir do reconhecimento e mobilização coletiva que a população pode organizar-se e viver de outro modo social (PRATES *et al*, 2013).

A terceira obra selecionada, trata-se de uma dissertação, na qual a autora realiza uma análise regional de uma cidade do Ceará. No entanto, é válido levantar o debate apontado por ela, cujo trata do fenômeno da população em situação de rua e suas múltiplas determinações, assim como cita as vivências, as estratégias e os desafios dessa população. Com isso, as informações trazidas acerca dessa população em sua totalidade, serão pertinentes a esta pesquisa, portanto, apresentaremos.

Inicialmente, Pinto (2015), faz um recorte das determinações que inspiraram a pesquisa. A autora cita que a discussão a respeito do fenômeno tem se tornado visível, no entanto, desconsiderando o fato chave que o desencadeia, a extrema desigualdade social que o país enfrenta, partindo assim para a culpabilização destes indivíduos, o que gera cada vez mais a criminalização e discriminação desse segmento. Pinto (2015), cita como dados obtidos em sua pesquisa, que nas atividades realizadas em grupo no Centro POP durante sua pesquisa de campo, ela detectou que as mulheres em situação de rua tendem a se isolar de maneira substancial aos homens, cujo sua interação com a pesquisa foi maior.

A autora cita a presença do patriarcado no que tange a predominância do sexo masculino na população em situação de rua que ela pesquisou, ou seja, a grande cobrança em cima do homem, historicamente falando, que ele seja o provedor do lar e garanta o sustento de sua família, gera como consequência o

fenômeno aqui supracitado, pois não há a possibilidade de custear a moradia, tampouco sua alimentação e da sua família. Além dessa importante informação, a autora traz informações acerca dos documentos dessa população, onde durante sua pesquisa, muitos declararam já terem tido seus documentos roubados, perdidos pela chuva ou jogados fora quando pediam para alguém guardá-los. Os entrevistados pela autora também declaram, em grande parte, não possuírem nenhum tipo de documento, outros mencionam que com o Centro POP do município, conseguiram novamente seus documentos (PINTO, 2015).

Nas entrevistas realizadas pela autora do terceiro artigo, ela discorre acerca dos sofrimentos expressados pela população em situação de rua entrevistada, são relatos que demonstram as violações de direitos e a extrema desigualdade que o país enfrenta, são desigualdades sociais, econômicas, culturais, raciais, expressadas através da emoção destas pessoas. Nessa ótica, a autora sinaliza que almeja que seu trabalho possa contribuir para a intervenção na realidade dessas pessoas, dada pelos assistentes sociais e outros profissionais através de políticas públicas inclusivas para essa população (PINTO, 2015).

Por fim, a pesquisadora conclui que identificou dificuldades de implementação do Centro Pop no bairro pesquisado, assim como rejeições e incômodos da sociedade a respeito da população pesquisada. A mesma também refere a uma garantia de direito à cidade pela população em situação de rua, que enfrenta enormes desafios para a sua implementação, necessitando de fortes mobilizações e debates voltados para que sejam construídas ações que visem afastar a violação de direitos dessa categoria, além disso, reafirma que a população que vive em situação de rua é uma das expressões da questão social, rodeadas pelas violações diárias de direitos e escassez de suprimentos de necessidades básicas da vida humana (PINTO, 2015).

No quarto artigo, adentramos na discussão acerca dos direitos da população em situação de rua. Argiles (2012), menciona que entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, a referida população foi ganhando espaço juntamente a outras organizações sociais, nos quais tomam voz para reivindicar seus direitos, sendo a população em situação de rua considerada pelo autor uma manifestação da questão social. Nessa perspectiva, o autor expõe que não é com a conquista da Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de rua e através dos serviços

assistenciais que haverá a superação desta expressão da questão social, tendo em vista que esta política visa a autonomia dos sujeitos nessa situação.

Na ótica dos direitos da população em situação de rua, o autor cita a população em situação de rua como um fenômeno que possui seus direitos indispensáveis contrariados, ou seja, vai muito além da ausência de moradia fixa, é um complexo processo de destituição dos direitos mais básicos do ser humano, dada a partir do modelo capitalista vigente. Assim, o autor disserta que o capital se mantém supervalorizado enquanto em prejuízo dos direitos da população. Disserta também, acerca da chegada de migrantes nas cidades, onde os empregos não são suficientes para todos, além da enorme saída da população do campo, seguindo para as metrópoles em busca de transforma-se em assalariados, o que gera a população excedente para o capital e ocorre o desemprego estrutural, assim, temos cada vez mais uma população empobrecida, que carece do emprego, sofre com a má distribuição da renda e com a degradação dos direitos sociais (ARGILES, 2012).

Argiles (2012), ao produzir essa dissertação, entrou em contato direto com a população em situação de rua assistida pelo CREAS POP, do município de Pelotas – RS. Através da escuta realizada pelo autor para com a população, ele teve como percepção que muitas das pessoas que vivem em situação de rua neste município, veem na unidade (CREAS POP), uma alternativa para a materialização de um novo plano de vida, assim, com as falas das pessoas, vemos que as maiores queixas são a dificuldade de manter uma boa higiene, desemprego, perda de laços familiares, falta de documentação, dentre outras vulnerabilidades. Além de tudo, a população ouvida enxerga no CREAS POP uma oportunidade de mudança de vida, solicitam cursos e emissão dos documentos necessários para ingressarem no mercado de trabalho, afirmando que através do emprego terão independência.

Desse modo, através das falas dos sujeitos usuários do CREAS POP, o autor encontra a defasagem das políticas públicas voltadas para essa categoria, onde os próprios usuários afirmam a dificuldade em acessá-las e também que apenas o acesso a uma política não seria capaz de sanar todos os seus problemas de anos de direitos corrompidos, reafirmando mais uma vez a necessidade destes por oportunidades de ensino, de trabalho, de capacitação, sendo necessário um olhar maior do poder público. Nessa perspectiva, pode-se considerar que o poder público peca ao destinar recursos apenas para o atendimento a essa população através da

política de assistência social, enquanto necessitam de políticas voltadas para a educação, a geração de empregos, habitação, etc. (ARGILES, 2012).

A título de conclusão, Argiles (2012) comenta que essas políticas voltadas para o atendimento da população em situação de rua, cujo muitos afirmam tratar-se de políticas de caráter paliativo, compensatório e de redução de danos, tem para ele uma importância, seja ela transformadora ou não, de atuar contra a lógica do modo de produção capitalista juntamente com as demais políticas de garantia dos direitos, fazendo a sua parte na realidade destes indivíduos. Sendo assim, por mais que o fenômeno da população em situação de rua não seja um fenômeno originado no mundo contemporâneo, este se encontra cada dia mais agravado devido as mudanças da contemporaneidade, mudanças sociais, econômicas e políticas (ARGILES, 2012).

Na última obra pesquisada, as autoras ressaltam dados já abordados nos artigos acima resumidos, no entanto, abordam também dados acerca da intersectorialidade no trabalho articulado com a população em situação de rua. Isto posto, iniciam a discussão com a realidade da população, em especial na cidade do Rio de Janeiro, caracterizando assim o fenômeno como envolto em dinâmicas complexas e integradas, partindo da premissa de observar a realidade dos sujeitos que vivenciam este fenômeno e dos que trabalham nos serviços sociais voltados a este segmento. Com essa observação, as duas autoras destacam os preconceitos que essa população enfrenta e os motivos que os levam a tal fenômeno, cujo há grande semelhança com os já abordados acima (SERAFINO; LUZ, 2015).

Argumentam o grande crescimento desta população desde as últimas décadas, reafirmando esta ser uma das maiores formas de manifestação da desigualdade e exclusão social. Adiante, Serafino e Luz (2015), sinalizam que para muitos, as vulnerabilidades interiores das pessoas que vivem em situação de rua são as únicas determinantes para tal, considerando assim vivenciar o fenômeno uma escolha deles. As autoras também destacam a instituição da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, de 2008, onde as diretrizes para a articulação de políticas públicas voltadas para essa população foram organizadas, apresentando logo após, quem é a população e uma particularidade encontrada na cidade pesquisada pelas autoras (Rio de Janeiro), onde citam que é possível encontrar uma família inteira vivendo em situação de rua,

o que tendem a diferencia-los das demais pessoas em situação de rua, pois estes costumam afixar-se em pontos na cidade (SERAFINO; LUZ, 2015).

Além disso, as autoras citam a presença de doenças presentes entre as pessoas que vivem este fenômeno, dadas a partir da precariedade que elas vivenciam, como a falta de acesso a higiene básica, a má ou a falta de alimentação, dentre outras. Perante o exposto, as autoras abordam o trabalho intersetorial com essa população, previsto na Política Nacional e responsável por implementar ações de respostas a demandas da população, sendo a intersetorialidade capaz de articular entre sociedade e Estado, garantindo o enfrentamento de problemas na sociedade, bem como da garantia dos direitos dos cidadãos, sendo também conhecida por intervir no social e compreender os sujeitos em sua totalidade, a partir de demandas tanto individuais, quanto coletivas (SERAFINO; LUZ, 2015).

Por fim, Serafino e Luz (2015), demonstram que durante a pesquisa puderam compreender que a população em situação de rua, além de ser encaminhada para as unidades de atendimento a sua demanda através do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e do CREAS POP, muitos buscam estes serviços através da demanda espontânea, o que revela que essa população está cada vez mais ciente de seus direitos e de onde podem recorrer para acessá-los. No entanto, as autoras consideram que as unidades voltadas para o atendimento a esta população não são satisfatoriamente concretizadas, o que gera um atendimento fragmentado as demandas desta categoria, acarretando cada vez mais na reprodução da desigualdade e não no desenvolvimento de oportunidades para esta.

3.3 Discussão

No campo do Serviço Social brasileiro, a produção de discussão teórico-acadêmica acerca da população que vive em situação de rua, tem se apresentado de maneira que busca caracterizar o perfil incidente destas pessoas, as desigualdades sociais enfrentadas por elas, as razões exteriores que as levam para tal fenômeno, além de apresentarem críticas às políticas voltadas para esta população e sobretudo, o quanto esse fenômeno é acometido pela estigmatização e culpabilização feita pela sociedade e sobretudo pelas expressões da questão social.

Ao mencionar que a população em situação de rua pode ser encontrada nos grandes centros urbanos, Silva (2012) nos faz recordar a discussão acerca da arquitetura hostil, materializada nas grandes cidades a fim de impedir que pessoas que estejam em situação de rua permaneçam em determinados locais, logo, ao haver o crescimento dessa população nos grandes centros urbanos, podemos relacionar que essa espécie de arquitetura pode ser mais uma adversidade em seu cotidiano. Com isso, Silva (2012) traz a reflexão sobre as determinações para a ocorrência do fenômeno, onde afirma que “a população em situação de rua está em uma constante violação de direitos, na maioria das vezes, com vínculos familiares rompidos [...]” (SILVA, 2012, p. 19), em concomitância Prates *et al* (2013, p. 5) ressalta que “[...] a fragilidade de vínculos, ocasionada por histórias marcadas pela violência, abusos, exploração, drogadição e privação de ordens diversas [...]”, dessa forma, vemos que os autores buscam demonstrar o processo que ocasiona a evasão dos sujeitos de suas casas, certamente, existem outros fatores presentes, como o desemprego, que de acordo com a interpretação dos dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2009), é um dos maiores fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno da população em situação de rua.

Além disso, compreender a população em situação de rua no âmbito do Serviço Social, faz necessário realizar uma alusão à questão social e suas expressões. Pinto (2015), refere que o processo capitalista gera um cenário de desemprego e exploração, no qual afirma a questão social como “[...] a própria expressão da barbárie” (PINTO, 2015, p. 68). Nessa perspectiva, Machado (2017, p. 16) afirma a população em situação de rua como uma “[...] expressão latente da questão social na sociedade contemporânea [...]”, assim como Iamamoto (2006, p. 17) manifesta que:

A “questão social” expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

No entanto, Pinto (2015, p. 25), refere o fenômeno da população em situação de rua como uma das expressões da questão social, afirmando que “[...] o fenômeno população em situação de rua é uma das expressões da questão social, inerente às contradições gestadas na relação capital e trabalho [...]”, toda via, acredita-se que

este fenômeno é acometido diariamente pelas expressões da questão social, não sendo posto como uma manifestação e sim como um segmento social que enfrenta em seu cotidiano as mais diversas expressões dadas pelas disparidades da sociedade capitalista. Nessa ótica, Machado (2017, p. 104) diz que:

“[...] consideramos que a questão social se manifesta em diferentes expressões na sociedade contemporânea. Dessa forma, a situação de rua como um desses processos, torna-se alvo de políticas públicas dentro de um sistema de proteção social.”

Diante do contexto das políticas públicas, Serafino e Luz (2015) citam que na Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua são constituídas ações intersetoriais que visam responder as demandas da população, afirmando que “A preconização do acesso pleno aos direitos garantidos aos demais cidadãos brasileiros, também às pessoas em situação de rua, permite identificar que a referida política propõe a integralidade no atendimento a esse segmento populacional” (SERAFINO; LUZ, 2015, p. 77). Desse modo, afirmam que a política pública voltada para a população em situação de rua visa um atendimento que preza pela totalidade das ações, o que se torna positivo quando bem articulado. É o que reconhece Argiles (2012, p. 92), ao citar que as políticas destinadas ao atendimento das demandas da população em situação de rua “possuem [...] o mérito de, juntamente e articuladas com as demais Políticas de garantias de direitos e resgate do ser humano, laborarem na contramão da perversa lógica do capital.”

Perante o exposto, vemos que o Serviço Social se torna cada vez mais necessário na atuação destas expressões da questão social no mundo contemporâneo e, além disso, na intervenção através das políticas sociais existentes, nas quais visam intervir nas demandas da população vulnerável da sociedade, assim como reflete Silva (2016, p. 72): “O Serviço Social é indispensável frente às dificuldades econômicas, políticas, sociais e culturais vivenciadas pela população menos favorecida de nossa sociedade.”

Portanto, as pesquisas realizadas atendem de maneira satisfatória o objetivo geral desta pesquisa, cujo busca verificar o andamento da discussão acerca da população em situação de rua no campo do Serviço Social brasileiro. Através das pesquisas, foram encontradas produções teóricas de estudantes e profissionais do Serviço Social que debatem o fenômeno da população em situação de rua de maneira que busca dar visibilidade a esse segmento social, explanando o quanto a

sociedade possui ideais errôneos sobre ele e, de que maneira as políticas sociais atendem as maiores demandas dessa população.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das pesquisas bibliográficas realizadas foi possível observar que o fenômeno da população em situação de rua não se trata de um fenômeno contemporâneo. No entanto, com as mudanças socioeconômicas advindas com e pelo modo de produção capitalista, pode-se observar uma categórica modificação em toda a sociedade, em especial, vemos que a desigualdade e a exclusão social e econômica se mostram cada vez mais incidentes, havendo um aumento considerável das expressões da questão social. Sendo imprescindível mencionar que no atual cenário capitalista, a desigualdade de acessos é um dos principais motivos para a existência do fenômeno vivenciador de inúmeras expressões da questão social em seu cotidiano.

Além disso, a pesquisa observou que há uma predominância do sexo masculino entre a população em situação de rua, além de grande parte já ter frequentado o mercado de trabalho. Dentre as razões para os sujeitos vivenciarem tal fenômeno, encontramos com maior incidência nas pesquisas o desemprego, perda ou enfraquecimento de vínculos familiares, além do uso de álcool e outras drogas e os transtornos psíquicos que foram relatados em muitos dos materiais consultados. Ademais, acerca das políticas públicas voltadas para essa categoria, as pesquisas mostram ineficiência, dificuldade no acesso a programas e projetos incapazes de atender de maneira íntegra à população.

Os dados oficiais sobre a população em situação de rua são quase inexistentes e muito desatualizados, o que gera dificuldade no processo de identificação e caracterização dessa população. No entanto, é notório observar que a população que vive em situação de rua apresenta múltiplas determinações e deve ser considerado um grupo heterogêneo. Deve-se compreender que por mais que a população vivencie um mesmo fenômeno, as determinantes que o destinaram para tal muitas das vezes não são as mesmas, portanto, é indispensável que não sejam feitas generalizações e tampouco interpretações equivocadas da realidade destas pessoas.

No âmbito do Serviço Social, foi observado que as entidades representativas da profissão necessitam ampliar seus debates acerca do tema que se torna cada vez mais recorrente na atualidade. Já a produção teórica do Serviço Social, tanto dos profissionais, quanto a acadêmica, contam com um considerável arsenal de

materiais, que debatem amplos aspectos também abordados no presente trabalho, porém tratam-se de discussões fragmentadas e que não visam um amplo debate sobre a realidade dessa população, a fim de perpetuar alternativas que desmantelem o preconceito vivenciado diariamente pela mesma. É imprescindível reafirmar que apreender acerca da população que vive em situação de rua e sua heterogeneidade e complexidade, é de grande relevância para a categoria profissional, tendo em vista a sua capacidade profissional de trabalhar com e para esta categoria, bem como a necessidade de que este assunto seja mais debatido nesse espaço, sendo indispensável salientar que essa categoria populacional sofre inúmeras discriminações e pré-conceitos, devido a sua condição social, por isso, o estudo e o debate são significativos para o emancipação do respeito e dos direitos da população que vive em situação de rua.

Assim como a importância do Serviço Social na intervenção deste fenômeno, é indispensável mencionar pessoas que desenvolvem importantes trabalhos para com a população que vive em situação de rua, como o Padre Júlio, por exemplo. Contudo, como foi abordado, a população em situação de rua sofre preconceitos e exclusões diversas, pela sociedade e pelo poder público, o que agrava cada vez mais a discriminação que assola essa população. Por isso, o objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de curso foi atendido a partir da observação das discussões acerca da população em situação de rua no campo do Serviço Social brasileiro, sendo possível apreender sobre como vem sendo debatida a realidade dessa população. Sobretudo, este trabalho visa contribuir para essa discussão, buscando desmistificar inúmeros preconceitos e reafirmar tendo como base o princípio da Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua (2008, inciso V) a “supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua”. Diante disso, consideramos importante a relação entre Serviço Social e População em Situação de Rua, tomando como princípio a intervenção dos profissionais de serviço social nas expressões da questão social, conseqüentemente, nessa categoria social que é acometida diariamente por elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social**. ABEPSS: Rio de Janeiro, 1996

ARAUJO, Luciene *et al.* Serviço social e pesquisa científica: uma relação vital para a formação profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 81-89, 2020.

ARAUJO, Geovana Alves de. **Do corpo à cidade: acolhimento para população em situação de rua**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

ARGILES, Mariglei dos Santos. **POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA: DA INVISIBILIDADE SOCIAL AO DIREITO A TER DIREITOS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. f. 13-97.

ASSUNÇÃO, Bárbara *et al.* Serviço Social: A importância da Pesquisa e da Produção do Conhecimento da Formação ao Exercício Profissional, uma Prática Contínua. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, p. 01-11, 2013.

BINGEMER, Maria Clara. **Jornal do Brasil**, 2021 – Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/artigos/2021/02/1028067-a-marreta-de-julio-lancelotti.html>>. Acesso em: 18 de mar. de 2021.

BRASIL. **Política Nacional Para Inclusão da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009.

CAMBA, S. V. (Org.) **População em Situação de Rua**. Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: Brasília, 2015.

CATRACA LIVRE. São Paulo, 2021 – Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/indignado-padre-julio-lancelotti-tira-pedras-de-viaduto-a-marretadas/>>. Acesso em: 18 de mar. de 2021.

CFESS. **CFESS Manifesta**. Pelo direito à vida e dignidade da população em situação de rua. CFESS: Brasília, 2012.

CFESS. **CFESS Manifesta**. 5º Conferência Nacional das Cidades. Assistentes sociais defendem o direito à cidade. CFESS: Brasília, 2013.

CRESS-RJ. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**. CRESS: Rio de Janeiro, 2013

CFESS. **Código de Ética do(a) Assistente Social**. CFESS: Brasília, 1993

CRESS-RJ. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**. CRESS: Rio de Janeiro, 2013

CRESS-RJ. **Atuação de Assistentes Sociais na abordagem às pessoas em situação de rua**. CRESS: Rio de Janeiro, 2019

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

DA COSTA, Luiza Elena; DE MESQUITA, Vânia Maria; CAMPOS, Ana Paula. Moradores de rua, quem são eles? Um estudo sobre a população de rua atendida pela Casa da Sopa “Capitão Vendramini” de Três Corações. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 13, n. 2, p. 285-297, 2015.

DEREVECKI, Raquel. **Gazeta do Povo**, São Paulo. 2020 – Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/virtudes-e-valores/padre-atende-moradores-de-rua-durante-pandemia-coronavirus/>>. Acesso em: 05 de out. de 2020.

DIAS, Shayenne Barbosa; DE JESUS, Cláudio Roberto. Cidade hostil. **Revista GEOgrafias**, v. 27, n. 1, p. 26-50, 2019.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei *et al.* Arquitetura da violência: a arquitetura antimendigo como eureca da regeneração urbana. **Movimento-revista de educação**, n. 3, 2015.

FRANGELLA, Simone Miziara. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. **Cadernos MetrÓpole**, n. 13, 2005.

HIRT, Leila Maria. O cuidado pré natal à luz da literatura: uma revisão narrativa. 2016

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, p. 161-196, 2006.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão social: objeto do serviço social. **Serviço Social em Revista. Londrina**, p. 39-47, 1999.

MACHADO, Ricardo William Guimarães. **A formulação da Política Nacional para População em Situação de Rua: Um estudo a partir do Fórum Permanente sobre População em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. f. 16-180.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **População em Situação de Rua: o que os dados revelam?**. Brasília, 2009.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, v. 16, n. SPE, p. 61-71, 2013

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Texto para discussão, 2016.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; BONATTO, Daniella do Amaral Mello; RODRIGUEZ, Andrea. Os (in) visíveis da cidade: pobreza, segregação urbana e população em situação de rua em tempos de pandemia. In: **Cidades: dilemas, desafios e perspectivas**. 2020. p. 175-196.

PEREIRA, Viviane Souza. Expressões da questão social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão. **Libertas**, v. 9, n. 2, 2009.

PINTO, Régia Maria Prado. **FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO SOCIAL: PERCURSOS, VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS EM MARACANAÚ/CE**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. f. 18-184.

PRATES, Jane Cruz et al. A política de inclusão para populações em situação de rua no Brasil e o desafio da integralidade. **SEMINÁRIO Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família**, v. 1, p. 2013, 2013.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: Os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 191-216, 2011.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia científica. Faetec/IST. Paracambi, p. 01-20, 2007.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Revista Katálisis**, v. 18, n. 1, p. 74-85, 2015.

SILVA, Cláudia Lúcia da. Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. f. 15-97.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (Pós-Graduação em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. f. 15-197.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco Antonio Carvalho; PINHEIRO, Marina Brito. **População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais**. 2020.

SOUZA, Eduardo; PEREIRA, Matheus. **Archy Daily**, Brasil. 2018 – Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>>. Acesso em: 03 de nov. de 2020.

TEIXEIRA, Mirna Barros *et al.* Os invisibilizados da cidade: o estigma da População em Situação de Rua no Rio de Janeiro. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 92-101, 2020.

TIENGO, Verônica Martins. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo/The Phenomenon Population in Street Situation as a Fruit of Capitalism. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 17, n. 1, p. 138-150, 2018.

TRIGUEIRO, André. **O anjo das ruas! Pe. Julio Lancellotti e André Trigueiro**. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4PwbSwo9Wps>>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

VIANA, Nildo. A teoria da população em Marx. **Boletim goiano de Geografia**, v. 26, n. 2, p. 88-102, 2006.